



Governo sanciona lei que estabelece regras gerais para defesa sanitária vegetal

A governadora do Estado sanciona a Lei 7.392/2010, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará. Esta lei fixa os fundamentos, define objetivos, prevê sanções e estabelece

as ações de Defesa Sanitária Vegetal no Estado. O objetivo da lei, entre outros, é garantir a identidade, a qualidade, segurança higiênico-sanitária, tecnológica e fitossanitária dos vegetais, de produtos vegetais

in natura, semi ou minimamente processados, processados e industrializados, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e derivados da exploração madeireira..
(Cad. 1 - Pág. 5)

Resultado de concurso

A Secretaria de Administração (SEAD) torna público o resultado final definitivo das provas objetivas de múltipla escolha e convocação para apresentação de documentos relativos à avaliação de títulos dos candidatos aos cargos de nível superior bem como da apresentação de documentos relativos à comprovação de critérios de desempate de todos os candidatos do concurso público do Hospital Ophir Loyola.
(Cad. 4 - Pág. 7)

Cursos de Formação

O Conselho Superior do IESP, por meio das Resoluções 02 e 03/2010, aprova os Cursos de Formação de Docentes e Sargentos PM, e seus respectivos projetos pedagógicos. De acordo com as resoluções, esses cursos decorrem da necessidade de instituir o Curso de Formação de Docentes em Segurança Pública e de Sargentos, conforme propostas da Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP.
(Cad. 5 - Pág. 15)

Termo de cooperação viabiliza cadastramento de imóveis rurais

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) assina termo de cooperação técnica com os municípios de Goianésia e Tailândia objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao cadastramento ambiental dos imóveis rurais localiza-

dos naqueles municípios. A SEMA também firma termo de cooperação técnica com a Cooperativa de Reflorestamento e Bioenergia da Amazônia para cadastramento ambiental de imóveis rurais situados no município de Novo Repartimento.
(Cad. 5 - Pág. 11)

Abertura de mina

A Mineração Rio do Norte S/A torna público que requereu, em 01 de abril de 2010, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Licença de Instalação para abertura da mina Monte Branco, Floresta Nacional Saracá-Taquera, município de Oriximiná/Pará.
(Cad. 7 - Pág. 4)

Controle carcerário

Portaria 381/2010, editada pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (SUSIPE), institui Comissão para Análise de Controle Carcerário dos presos custodiados nas seccionais de polícia na Região Metropolitana de Belém. a portaria também designa os servidores para constituir a referida comissão.
(Cad. 6 - Pág. 2)

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CLIV)

Através da Portaria nº. 297, de 08 de novembro de 1957, o governador Magalhães Barata designava uma comissão composta dos senhores Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Procurador Fiscal do Estado; Dr. Moisés Greidinger, Assistente Técnico da Secretaria de Produção; e Francisco José de Lemos Maneschy, Contabilista, da Secretaria de Finanças.

A finalidade da comissão, segundo a portaria, era propor ao Governo a modificação do Decreto nº. 608, de 11/09/1950, da Lei nº. 447, de 19/10/1951, e das Portarias nºs 08 e 39, de 07/04/1952 e 09/03/1956, respectivamente, baixadas pela Secretaria de Produção, todos referentes ao pagamento de serviços remunerados a funcionários do Estado.

Já pela Portaria nº. 298, o governador determinava que toda publicação de atos do Governo no Diário Oficial fosse feita por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça para que esta, antes, examinasse a legalidade dos mesmos e preenchessem as formalidades que se tornassem necessárias, como numeração e registro.

